ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE BOMBEIROS MILITARES ESTADUAIS TEMPORÁRIOS - PBMET
PROA nº 25/1207-0000094-9

EDITAL DA/DRH nº SD-B 10/2025 Soldado Bombeiro Militar Estadual Temporário – SD BMET (NÍVEL MÉDIO)

O Diretor do Departamento Administrativo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências – FUNDATEC, **DIVULGAM o Gabarito Definitivo do Exame Intelectual** do Processo Seletivo para a função de Soldado Bombeiro Militar Estadual Temporário, conforme o Edital DA/DRH nº SD-B 01/2025 – Soldado Bombeiro Militar Estadual Temporário (Nível Médio), publicado no Diário Oficial nº 173, de 4 de setembro de 2025.

1. DO GABARITO DEFINITIVO DO EXAME INTELECTUAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	B	D	A	C	D	C	B	C	B	A	D	C	A	D	A	C	B

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	D	A	C	B	C	D	A	D	B	C	D	A	B	A	C	D	A	B

2. DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

2.1. As Justificativas para Manutenção ou Alteração do Gabarito Preliminar encontram-se em Anexo Único, disponível para consulta no site da FUNDATEC, www.fundatec.org.br, bem como no site do Corpo de Bombeiros Militar www.bombeiros.rs.gov.br.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

Alexandre Sório Nunes - Cel QOEM

Diretor do Departamento Administrativo do CBMRS

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/RS

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº SD-B 01/2025

ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

De acordo com o Edital de Abertura DA/DRH Nº SD-B 01/2025, que rege este Processo Seletivo Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta,* emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL MÉDIO

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL – TEMPORÁRIO

QUESTÃO: 1 - MANTIDA alternativa 'B'.
A primeira assertiva era:
Até o incêndio das Lojas Renner, a capital dos gaúchos não possuía leis que regulamentassem a prevenção contra incêndios, o que já havia começado a se modificar em outras capitais.
No texto, nas linhas **linhas 09-13 -** Depois da catástrofe, a necessidade de ampliar a segurança contra incêndios — algo ainda pouco debatido naquele tempo — passou ___ pauta do dia em Porto Alegre. **Até então**, segundo o tenente-coronel Eduardo Estevam Rodrigues, comandante do 1º Batalhão de Bombeiro Militar, responsável pela Capital, **o Rio Grande do Sul não tinha legislação específica sobre o tema. Linhas 18-20.** A partir das tragédias nos edifícios Andraus e Joelma, **cidades como São Paulo e Rio de Janeiro assumiram ___ frente nesse processo. Porto Alegre só tomaria parte no debate após o desastre de 1976.**
Percebe-se, a partir da leitura dos trechos destacados em negrito, que a assertiva está correta.
A segunda assertiva era: Entre as leis sancionadas pelo então prefeito da cidade, está a lei complementar nº 30 que tornava obrigatória a vistoria em prédios da capital e as instalações prediais de água e esgoto.
No texto, nas linhas **linhas 24-27 -** o prefeito Villela sancionaria as leis complementares nº 30, estabelecendo normas de proteção contra incêndios, e nº 28, dispondo sobre a necessidade de vistoria obrigatória em prédios para a verificação dessas medidas. Também foi estabelecido um código para instalações prediais de água e esgoto.

Percebe-se, portanto, que a lei que tornava obrigatória a vistoria em prédios da capital e as instalações prediais de água e esgoto era a nº 28, e não a nº 30, razão pela qual a assertiva está incorreta.
A terceira assertiva era: A perícia não conseguiu indicar se o incêndio das Lojas Renner havia sido um caso fortuito, mas foi possível identificar que não havia meios de prevenção suficientes no local.
No texto nas **linhas 35-40 -** O esforço está descrito em um documento de 24 páginas, guardado nos arquivos do IGP. Nele, os peritos concluíram que a tragédia foi provocada pela "ação de corpo ígneo (cigarro, palito de fósforo, etc.) **caído ou lançado, acidental e propositalmente** sobre material combustível". **Eles também identificaram "insuficiência de meios de prevenção"** e "deficiências arquitetônicas". O que restou do prédio destroçado foi implodido e deu lugar a um novo edifício, concebido de forma a garantir segurança.
De acordo com o Dicionário Aulete Digital, a palavra "fortuito" quer dizer:
(for.*tui*.to)
a.
1. Que acontece sem ter sido planejado, que acontece por acaso (encontro fortuito); EVENTUAL; IMPREVISTO; CASUAL
[F.: Do lat. *fortuitus*.]
Sendo assim, como o laudo apontou não ser possível identificar se o corpo ígneo havia **caído ou sido lançado, acidental e propositalmente, não é possível determinar se se trata de caso fortuito ou não, uma vez que o adjetivo "acidental" refere-se a "caído", e "propositalmente, à "lançado".**
A assertiva está, portanto, correta.
Diante do exposto, indefere-se o recurso

QUESTÃO: 3 - MANTIDA alternativa 'A'.
As situações de ocorrência ou não do acento indicativo de crase nos trechos indicados pela questão encontram-se detalhadas a seguir:
linha 01 - Às 14h8min de 27 de abril de 1976 – Na indicação de horas, ocorre o acento indicativo de crase.
linha 10 - passou à pauta do dia em Porto Alegre – ocorrência da preposição "a" (sinônimo de para) regida pela forma verbal transitiva indireta "passou" e do artigo definido feminino singular determinante de "pauta".
linha 18 - cidades como São Paulo e Rio de Janeiro assumiram a frente nesse processo – a forma verbal "assumiram" é transitiva direta, portanto, não há a ocorrência da preposição "a" que se contraia ao artigo definido feminino singular determinante do substantivo "frente" (não se trata de locução adverbial de lugar)
Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 4 - MANTIDA alternativa 'B'.
De acordo com o Dicionário de Português Online:
Significado de Insuficiência
substantivo feminino
Incapacidade, total ou parcial, do órgão de exercer satisfatoriamente suas funções: insuficiência renal.
Incapacidade para desenvolver ou exercer uma tarefa ou função.
Estado ou característica do que é insuficiente, insatisfatório ou **escasso**.
Etimologia (origem da palavra ***insuficiência***). Do latim insufficientia.ae.
Sinônimos de Insuficiência
Insuficiência é sinônimo de: impotência, incompetência
Antônimos de Insuficiência
Insuficiência é o contrário de: suficiência
Sendo assim, a primeira assertiva está correta, tendo em vista que um sinônimo possível para "insuficiência" é "escassez".
Como aponta a mesma referência, "insuficiência" (palavra derivada) é o contrário de "suficiência" (sua primitiva). A formação se dá pela adição do prefixo negativo "in-" a "suficiência".
A assertiva está, portanto, correta.
De acordo com o Dicionário Aulete Digital,
(in.su.fi.ci:en.te.*men*.te)
adv.
1. De modo insuficiente.
[F.: *insuficiente* + *-mente*.]
Sendo assim, a terceira assertiva está incorreta, pois "insuficientemente" é advérbio, e não adjetivo.
Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 5 - MANTIDA alternativa 'D'.
A primeira assertiva era:
Em “o prédio das Lojas Renner, no centro da cidade, era consumido pelo fogo”, as vírgulas são usadas para separar um aposto.
A assertiva é falsa, tendo em vista que "no centro da cidade" é um adjunto adverbial de lugar intercalado.
A segunda assertiva era:
No trecho “o então prefeito da Capital, Guilherme Socias Villela, hoje com 85 anos”, tem-se um aposto que especifica o termo antecedente “prefeito da Capital”.
De acordo com Evanildo Bechara, em "Gramática Escolar da Língua Portuguesa", o aposto é um "termo de natureza substantiva que se usa para explicar ou explicitar outro termo de natureza substantiva" (p. 56).
Nota-se que na assertiva em questão não se classifica o aposto como especificativo, mas se afirma que ele especifica (um verbo) o seu antecedente. De acordo com o Dicionário Aulete Digital:
(es.pe.ci.fi.*car*)
v.
1. Determinar a espécie de; CARACTERIZAR: O diretor vai especificar a função de cada um.
2. Dizer qual é (entre dois ou mais elementos similares ou de função semelhante); DISCRIMINAR; APONTAR: Especificou a louça que deveria ser usada no jantar
3. Mostrar individualmente; PARTICULARIZAR: Especificou a tarefa a ser realizada primeiro. [Antôn.: generalizar.]
4. Explicar em detalhes: Especificou os motivos de sua renúncia.
[F.: Do lat. tard. *specificare*. Hom./Par.: *especifico* (fl.), *específico* (a.); *especificas* (fl.), *específicas* (fem. pl. de *específico*).]
A assertiva está correta e não apresenta vício de linguagem, pois não aborda a classificação do aposto, mas a sua função de caracterizar um antecedente como preconizado, inclusive, pelo próprio gramático Evanildo Bechara.
A terceira assertiva era: A ocorrência da vírgula, em “Desde o início da década de 1970, as áreas centrais das metrópoles brasileiras se verticalizavam.”, demarca um adjunto adverbial deslocado.
A assertiva é verdadeira, pois **tem-se um adjunto adverbial de tempo deslocado para o início do período. Diante do exposto, indefere-se o recurso.**

QUESTÃO: 6 - MANTIDA alternativa 'A'.
De acordo com Domingos Paschoal Cegalla, em Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, página 291, a locução conjuntiva "já que" é subordinativa adverbial causal, sendo assim, ela introduz a explicação acerca da causa, do motivo, de algo.
Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 8 - MANTIDA alternativa 'D'.
De acordo com o Dicionário Aulete Digital, o sentido de "angariar" é:
(an.ga.ri.*ar*)
v.
1. Obter, ger. dinheiro, por meio de promoções ou pedidos: O espetáculo angariava fundos para crianças abandonadas.
2. Conseguir para si: Rapidamente angariou reputação no meio esportivo.
3. Atrair ou recrutar (pessoas) para um determinado fim: O professor angariou *dez alunos para trabalhar na feira de ciências.*
[F.: Do lat. *angariare*, do gr. *aggareúo* 'pressionar'.]
Sendo assim, a troca de "angariar" por "conseguir" é correta. Ainda a transposição do trecho "para custear a instalação de novos hidrantes na capital" para a voz passiva "**para que a instalação de novos hidrantes na Capital fosse custeada**" está gramaticalmente correta e não altera significativamente o sentido original do trecho.
Do mesmo modo, a palavra "capital" assim é definida pelo mesmo dicionário:
sm.
7. Econ. Conjunto dos bens disponíveis, riqueza.; RIQUEZA [Tb. fig.: *A saúde é o nosso maior capital.*]
8. Econ. O total desses bens aplicáveis à produção e à geração de renda
9. Econ. Patrimônio de uma empresa, que se constitui de, ou pode ser convertido em, dinheiro.
Sendo assim, a substituição de "fundos" por "capital" é possível sem causar incorreção ou alteração ao sentido do trecho original. Atente-se para o fato de que a "Capital", cidade central, está grafada com letra maiúscula, distinguindo-se, assim, de "capital", grafado com letra minúscula. Ainda, "custear" significa:
(cus.te.*ar*)
v.

1. Pagar as despesas de; FINANCIAR: empresa custeou *sua viagem*: custear a exploração de uma mina.
[F.: *custo* + *-ear*[2]. Hom./Par. *custear*, *costear* (em todas as fl.)
custeado (part.), *costeado* (a.) *custeio* (fl.), *costeio* (sm.)]
A substituição da preposição "para" pela locução conjuntiva "para que" demanda a expansão da oração, aqui transposta para a voz passiva sintética. Sendo assim, as alternativas A e B são corretas.
Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 9 - MANTIDA alternativa 'C'.
Apresentam-se as classes de palavras às quais pertencem os vocábulos sublinhados no trecho a seguir:
“mas as leis não acompanhavam a transformação urbana na mesma velocidade”
não
adv.
1. Exprime negação ou recusa: --Aceita uma taça de vinho? -- Não, prefiro champanhe. [Antôn.: sim.]
2. Negação da ação verbal: Não vou sair na chuva.
(ur.*ba*.no)
a.
1. Que demonstra urbanidade, afabilidade, cortesia: Um senhor de maneiras urbanas. [Antôn.: descortês, grosseiro.]
2. Que pertence a cidade ou a ela se refere (conglomerado urbano, transporte urbano): Estilo de vida urbano. [Antôn.: inurbano, rústico.]
3. Que apresenta caráter típico de cidade; CITADINO: Aumentavam cada vez mais os conflitos urbanos. [Antôn.: campesino, rural.]
4. Que vive na cidade (cidadão urbano)
sm.
5. SP Pop. Soldado da polícia
[F.: Do lat. *urbanus*,*a*,*um*]
Segundo Celso Cunha e Lindley Cintra, em “Nova Gramática do Português Contemporâneo”, página 342, “Mesmo e próprio são demonstrativos quando têm o sentido de “exato”, “idêntico”, “em pessoa””. “Eu não posso viver na mesma casa, na mesma rua, no mesmo sítio”.
Além disso, o comando da questão era claro ao solicitar a "classe de palavras" às quais as palavras pertenciam. Um pronome em posição de adjetivo, ainda assim, pertence à classe dos pronomes.
Diante do exposto, indefere-se o recurso.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

CARGO(S): SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL – TEMPORÁRIO

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'A'.
Os recursos interpostos não devem ser, em parte, conhecidos e, na parcela conhecida, não devem ser providos. Deixa-se de conhecer o(s) recurso(s) com identificação do(a) candidato(a) por expressa violação ao edital.

A alternativa “C” está incorreta, pois a presunção de legitimidade dos atos administrativos é de caráter relativo e pode ser desconstituída mediante prova em contrário, não sendo de caráter absoluto ou, segundo o clássico brocardo latino, de juris et de jure. (Curso de Direito Administrativo, 35ª Edição, JusPodivm e Malheiros Editores, 2021, p. 342).

A assertiva correta é a letra “A”, que descreve os atributos dos atos administrativos consagrados (presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade e executoriedade), nos termos do que leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 35ª Edição, JusPodivm e Malheiros Editores, 2021, p. 342).

Dessarte, mantido o gabarito preliminar.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'C'.
Os recursos interpostos não devem ser, em parte, conhecidos e, na parcela conhecida, não devem ser providos. Deixa-se de conhecer o(s) recurso(s) com identificação do(a) candidato(a) por expressa violação ao edital.

Preliminarmente, salienta-se que a questão busca a alternativa incorreta.

A alternativa “D” não pode ser assinalada, pois está correta, nos termos do que dispõe o artigo 13 da Lei de Improbidade Administrativa.

A alternativa “B” não pode ser assinalada, pois está correta, conforme o disposto no artigo 7º da Lei de Improbidade Administrativa.

A alternativa “C” deve ser assinalada, pois está incorreta. Nos termos do artigo 17, §19, inciso IV, da Lei de Improbidade Administrativa, incluído pela Lei nº 14.230/2021, não cabe mais o reexame necessário das sentenças que julgam improcedente a ação de improbidade.

Portanto, mantido o gabarito preliminar.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'D'.
Os recursos interpostos não devem ser, em parte, conhecidos e, na parcela conhecida, não devem ser providos. Deixa-se de conhecer o(s) recurso(s) com identificação do(a) candidato(a) por expressa violação ao edital.

A alternativa “A” está incorreta, pois, nos termos do art. 26, do Estatuto, ao servidor militar da ativa é mesmo vedado participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio. Todavia, ele pode ser acionista, cotista ou comanditário.

A alternativa “B” também está incorreta, pois o Estatuto não excepciona nenhuma hipótese em que o servidor da ativa possa filiar-se a partido político (art. 28).

A alternativa “C” está incorreta, pois no âmbito do Conselho de Justificação, o Oficial Militar poderá perder o posto e a patente por decisão do Tribunal Militar do Estado, mas desde que seja declarado indigno do Oficialato ou com ele incompatível (art. 41 do Estatuto).

A alternativa “D” está correta, pois, quanto maior a hierarquia do servidor, mais reprovável é a violação aos preceitos da ética policial-militar, nos termos do que dispõe o §1º do art. 35 do Estatuto.

Assim, mantido o gabarito preliminar.

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'A'.
Os recursos interpostos não devem ser, em parte, conhecidos e, na parcela conhecida, não devem ser providos. Deixa-se de conhecer o(s) recurso(s) com identificação do(a) candidato(a) por expressa violação ao edital.

A alternativa “A” está correta, nos termos do que dispõe o artigo 32, inciso VI, do Decreto Estadual nº 43.245, de 19 de julho de 2004 - Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Salienta-se que o fato de existirem outras causas de justificação não torna a alternativa incorreta.

A alternativa “D” está incorreta, pois a transgressão descrita é de natureza leve (Anexo I, I.4, do Decreto Estadual nº 43.245, de 19 de julho de 2004 - Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul).

Portanto, mantido o gabarito preliminar.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'B'.
Os recursos interpostos não devem ser, em parte, conhecidos e, na parcela conhecida, não devem ser providos. Deixa-se de conhecer o(s) recurso(s) com identificação do(a) candidato(a) por expressa violação ao edital.

A alternativa a) está incorreta, pois as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causam a terceiros, nos termos do art. 37, §6º, Constituição Federal.

A alternativa b) está correta, porquanto a doutrina majoritária admitem exceções à responsabilidade civil do Estado, inclusive as duas referidas no texto da assertiva. Nota-se que em nenhum momento o referido texto limita as hipóteses de excludentes àquelas mencionadas.

A alternativa c) está incorreta, pois o Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos do tema nº 1.237 da Repercussão Geral do STF.

A alternativa d) é incorreta, porque a responsabilidade civil do Estado por atos comissivos que gerem prejuízos a terceiros é, em regra, objetiva.

Portanto, mantido o gabarito preliminar.

MATÉRIA: ATUALIDADES

CARGO(S): SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL – TEMPORÁRIO

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'B'.
MANTIDA alternativa 'B'. Não há razão para falar em ambiguidade, pois, entre as opções, somente Malcolm X nasceu em 1925 (centenário em 2025), foi liderança dos direitos civis, defendeu autodeterminação e orgulho negro e influenciou movimentos anticoloniais. As demais alternativas não reúnem simultaneamente os elementos do enunciado; portanto, apenas uma cumpre os critérios temporal e histórico, sem margem para múltiplas interpretações.
Além disso, a data é apenas um dos elementos da questão, cujo conteúdo está previsto no programa. Não há violação de isonomia, pois é esperado que o candidato conheça linhas gerais da biografia de figuras históricas relevantes. A expressão “completa-se” é adequada e não pressupõe pessoa viva. A questão não exige memorizar idades: a data apenas auxilia, sendo central reconhecer a trajetória da liderança. Da mesma forma, não há erro em mencionar “união racial”, já que, após 1964, Malcolm X passou a defender cooperação e alianças amplas contra a opressão, o que torna a descrição compatível com sua fase final.
Fonte: https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/malcolm-x.htm

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'D'.
MANTIDA alternativa 'D'. O próprio catálogo de políticas públicas do Ipea (disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/politica/666/programa-de-protecao-e-promocao-da-saude-menstrual) afirma que o programa tem como objetivo “oferecer garantia de cuidados básicos de saúde e desenvolver meios para a inclusão das mulheres em ações e programas de proteção à saúde menstrual”. Portanto, a expressão “cuidados básicos de saúde” não altera o sentido nem extrapola o conteúdo previsto.
Assim, a alternativa é correta e tecnicamente adequada ao texto legal, sem vícios, ambiguidade ou extrapolação.

QUESTÃO: 26 - MANTIDA alternativa 'B'.
MANTIDA alternativa 'B'. A questão trata do principal destino das exportações brasileiras, ou seja, de um dado estrutural e recorrente, não de uma oscilação conjuntural de setores específicos.
As exportações do Brasil têm como maior destino a China de forma contínua há vários anos, com ampla diferença em relação aos demais parceiros comerciais. Situações pontuais não alteram o cenário geral nem o dado oficial consolidado que fundamenta a resposta correta.
Assim, o argumento baseado em eventual redirecionamento para a Argentina não invalida o conteúdo cobrado nem modifica o ranking real dos destinos das exportações brasileiras.Fontes: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/china-e-o-principal-destino-de-exportacoes-brasileiras https://www.fazcomex.com.br/exportacao/exportacoes-no-brasil/

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'C'.
MANTIDA alternativa 'C'. A afirmativa II está incorreta, pois o dia foi oficialmente instituído em 2011 pela Lei nº 12.519 e não em 2001. O que ocorreu em 2001 não possui força de lei para estabelecer uma data comemorativa nacional.
Logo, não há ambiguidade: em prova objetiva, "instituído" refere-se a instituição por lei — o que não ocorreu em 2001.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'A'.
MANTIDA alternativa 'A'. A questão utiliza a divisão adotada pela Sema-RS (https://www.sema.rs.gov.br/bacias-hidrograficas), que classifica o território em três grandes regiões hidrográficas de referência: Uruguai, Guaíba e Litoral (conforme o gabarito).
É importante atentar ao enunciado, que emprega **regiões** e não **bacias,** e não confundir esses dois níveis distintos de classificação.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'D'.
MANTIDA alternativa 'D'. A questão está correta. O Atlas Socioeconômico do RS utiliza explicitamente a expressão "O clima do Rio Grande do Sul é temperado do tipo subtropical" (https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/clima-temperatura-e-precipitacao). Não há qualquer referência no Atlas a "tropical úmido", nem a outra classificação geral que possa gerar múltiplas respostas. A menção à categoria de Köppen ("mesotérmico úmido") não invalida a nomenclatura principal adotada pelo próprio Atlas; trata-se apenas de informação complementar.
Portanto, o item não apresenta ambiguidade, possui alternativa correta e não há fundamento técnico para sua anulação.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO (DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA)

CARGO(S): SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL – TEMPORÁRIO

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'D'.
O recurso interposto não deve ser acolhido. A questão busca a alternativa incorreta e, de fato, o STF decidiu que a injúria racial é espécie de racismo, e, portanto, imprescritível (Habeas Corpus 154248), de sorte que a alternativa e) está incorreta.

Portanto, mantido o gabarito preliminar.
QUESTÃO: 34 - MANTIDA alternativa 'A'.
Os recursos interpostos não devem ser acolhidos.

A alternativa "A" está correta, pois expressa a literalidade do artigo 126 da Constituição Estadual. A alternativa "D" está incorreta, pois os Municípios podem sim constituir serviços civis e auxiliares de combate ao fogo, de prevenção de incêndios e de atividades de defesa civil, nos termos do artigo 128, inciso II, da Constituição Estadual.

MATÉRIA: MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

CARGO(S): SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL – TEMPORÁRIO

QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'C'.
Prezado(a) candidato(a)
A questão é referente a cálculos com frações. O enunciado da questão diz, na ordem:
1º - caminhão com 9000 litros (3/4 da capacidade)
2º - Primeira reserva: 1/3 do disponível: 3000 litros
3º - Segunda reserva: 2/5 do que restou (logo, é necessário fazer o desconto da primeira reserva)
4º - Emergências: o que sobrar no tanque

A expressão **"do que restou"** tem clara referência anafórica em português: refere-se ao que ficou disponível **após a primeira reserva** ser retirada, e não à água inicial.
Se a intenção fosse pegar 2/5 da água inicial, o enunciamento seria:
"a segunda, correspondente a 2/5 da água disponível".
Mas não é isso que está escrito: está **"2/5 do que restou"**, e "restou" só faz sentido após uma subtração prévia.
Seguindo estritamente o enunciado:
Capacidade: 12000 x 3/4 = 9000
Disponível: 9000
1ª reserva: 1/3 x 9000 = 3000 → 9000 - 3000 = 6000 (restou após a reserva)
2ª reserva: 2/5 x 6000 = 2400 → 6000 - 2400 = 3600
3ª reserva: 3600 (restante)
Qualquer outra leitura despreza a expressão **"do que restou"**, ferindo a coerência textual.
O recurso tenta forçar uma ambiguidade onde não há, ignorando a conexão linguística e matemática natural da sequência de operações. A interpretação sucessiva é a única compatível com a redação dada.
Portanto, o gabarito preliminar **3.600 L (C)** está correto, e o recurso deve ser **INDEFERIDO**.
Argumentação inválida.
Recurso indeferido.

QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'B'.
Prezado(a) candidato(a)
A questão aborda conhecimentos acerca de regra de três composta.
Seu desenvolvimento correto dá-se:
1. Identificar as grandezas e a relação com a produção (km de aceiro)
Bombeiros (B) → Proporcionalidade direta (mais bombeiros, mais produção)
Horas/dia (H) → Proporcionalidade direta (mais horas por dia, mais produção)
Dias (D) → Proporcionalidade direta (mais dias, mais produção)
Produção (P) → quilômetros de aceiro
Situação conhecida:
B1 = 12; H1 = 8 h/dia; D1 = 6 dias; P1 = 3 km
Situação nova:
B2 = 18; H2 = 10 h/dia; D2 = 9 dias; P2 = ?
Todas as grandezas são diretamente proporcionais a P:
P2/P1 = B2/B1 X H2/H1 X D2/D1
Substituindo valores:
P2/3 = 18/12 x 10/8 x 9/6
P2/3 = 1620/576
576P2 = 1620 X 3
576P2 = 4860
P2 = 4860/576
P2 = 8,4375
O recurso alega que a instrução "Considere apenas uma casa decimal" é vaga e imprecisa, podendo gerar dúvidas sobre o método de arredondamento e prejudicar a objetividade da questão.
No entanto, em provas de múltipla escolha, quando se solicita o resultado com **uma casa decimal**, subentende-se o uso do **critério de arredondamento usual** (isto é, arredondamento simétrico ou aritmético), padrão no contexto de matemática básica e concursos públicos.
O cálculo exato, conforme demonstrado, resulta em **8,4375 km**.
Pelas regras convencionais:
O dígito na segunda casa decimal é 3 (< 5), portanto, **mantém-se 8,4**.
A alternativa **B) 8,4 km** está inequivocamente correta, não havendo ambiguidade que justifique anulação, pois o candidato, ao seguir a ordem natural de arredondamento, chegaria a esse valor sem necessidade de "adivinhar" convenções.
Além, de como demonstrado, não há arredondamento em cálculos intermediários e somente no final.
Assim, o recurso é **INDEFERIDO**.

QUESTÃO: 14 - MANTIDA alternativa 'D'.
Prezados(as) candidatos(as)
A questão trabalha com equação do primeiro grau, avaliando a capacidade de resolver um sistema linear e aplicar uma função afim, dentro de um contexto ilustrativo, e não conhecimentos de hidráulica ou física aplicada.

O recurso alega que a expressão $V=k\cdot P+c$ é uma **função afim**, e não uma "equação de primeiro grau", conforme citado no enunciado, e que isso constitui vício formal passível de anulação.
Embora a distinção entre "função" e "equação" exista no rigor matemático, em linguagem coloquial e mesmo em diversos materiais didáticos e concursos, é comum referir-se a $y=ax+b$ como a **equação da reta** ou **equação de primeiro grau** na variável x.
O candidato não precisava resolver uma equação no sentido de "encontrar P", mas sim usar a **relação linear** fornecida, cuja forma é idêntica.
Não houve ambiguidade operacional: os dados (P,V) fornecidos permitiram determinar k e c de modo único, sem confusão conceitual que prejudicasse a resolução.
Portanto, o impropriedade terminológica não invalida a questão, pois não induz a erro na execução do cálculo.
O recurso afirma que a relação correta entre vazão e pressão em esguichos segue $V\propto\sqrt{P}$, e que o modelo linear é fisicamente incorreto, gerando intercepto negativo sem sentido.
A prova é de **raciocínio lógico-matemático**, não de hidráulica aplicada. O enunciado explicita:
"A relação entre pressão (P) e vazão (V) é dada pela equação de primeiro grau apresentada abaixo."
Ou seja, **estabelece-se um modelo matemático simplificado** para fins de resolução de problema. Muitas questões de concursos usam modelos lineares como aproximação em intervalos limitados, mesmo que o fenômeno real não seja linear em toda a faixa.
O intercepto negativo não invalida a questão, pois é apenas um parâmetro do modelo no contexto da regressão linear entre os pontos fornecidos.
A finalidade é testar a habilidade de resolver um sistema linear e extrapolar, e não conhecimentos de engenharia hidráulica.
O recurso argumenta que, sem o diâmetro da mangueira, a relação pressão-vazão não está definida na prática.
O enunciado não descreve um experimento real, mas um **modelo matemático abstraído** em que a relação $V=kP+c$ é dada como válida para aquele bico específico.
Os dois pontos (5,200) e (8,380) **já determinam** a relação para aquele bico, independentemente de outros parâmetros físicos.
A questão é autossuficiente em dados para a resolução puramente algébrica. Exigir dados de diâmetro ou tipo de bico seria pertinente se a prova fosse de **Hidráulica**, o que não é o caso.
Os recursos apontam supostos vícios formais e técnicos que, embora embasados em precisões disciplinares externas (matemática pura, hidráulica), **não afetam a clareza, a possibilidade de resolução unívoca nem a validade do problema no contexto da prova**.
A banca forneceu todos os elementos necessários para resolver a questão dentro do modelo proposto, e a resolução leva a uma única alternativa correta (**D) 620 L/min**), sem ambiguidade.
Resolução correta:
Para P=5, V=200, substituindo: $200=k\cdot5+c\Rightarrow5k+c=200(1)$
Para P=8, V=380, substituindo: $380=k\cdot8+c\Rightarrow8k+c=380(2)$
Subtrair 1 de 2
$(8k+c)-(5k+c)=380-200$
$3k=180\Rightarrow k=60$
Encontrar c
$5\cdot60+c=200$
$300+c=200\Rightarrow c=-100$
Substituindo na equação:
$V=60P-100$
Calcular V para P=12
$V=60\cdot12-100$
$V=720-100=620$
Conforme gabarito divulgado.

Portanto, os recursos são **INDEFERIDOS** e mantém-se o gabarito oficial.

QUESTÃO: 16 - MANTIDA alternativa 'A'.
Prezado(a) candidato(a)
A questão refere-se a geometria plana, em especial cálculo de perímetro.
O recorrente alega que a questão é passível de anulação por não especificar se as medidas fornecidas (12 m e 8 m) referem-se às dimensões internas ou externas do depósito, uma vez que, em vistorias técnicas, o perímetro de segurança consideraria as faces externas, dependendo da espessura das paredes.
Vejamos:

Contexto da questão:
A prova é de raciocínio lógico-matemático, e não de engenharia civil ou arquitetura. O objetivo é avaliar a aplicação de uma fórmula geométrica básica — o perímetro do retângulo — e não conhecimentos específicos de normas de segurança contra incêndio ou construção civil.
Clareza e suficiência de dados:
O enunciado apresenta as medidas de forma direta: “medindo 12 m de comprimento e 8 m de largura”. Em matemática básica e na maioria dos contextos de problemas de geometria, essas dimensões referem-se às medidas **externas** da figura, salvo indicação em contrário.
Não há menção a paredes, espessura ou área útil no enunciado, o que indica que a situação foi abstraída para um cálculo puramente geométrico.
Ausência de ambiguidade operacional:
A aplicação direta da fórmula do perímetro do retângulo com os dados fornecidos resulta em: $P=2\times(12+8)=40$ m
Exigência técnica desproporcional:
Inserir a necessidade de considerar espessura de paredes demandaria um dado adicional que não foi fornecido e que foge ao escopo da pergunta, elaborada para ser resolvida apenas com as informações apresentadas.
O recurso pretende introduzir uma complexidade técnica que não está presente no enunciado, nem se justifica pelo objetivo da questão.
Não há ambiguidade que impeça a resolução correta com os dados fornecidos, e a alternativa **A) 40 m** está matematicamente correta e contextualmente adequada.
Recurso INDEFERIDO.
Mantém-se o gabarito oficial.

QUESTÃO: 19 - MANTIDA alternativa 'C'.
Prezado(a) candidato(a)
A questão aborda conhecimentos acerca de juros simples.
O recorrente alega que o enunciado não especifica se os juros simples de 1,5% ao mês incidem sobre o financiamento de forma global ao final de 2 anos (conforme resolvido) ou se são aplicados em um sistema de parcelamento, o que, segundo o recorrente, seria “mais comum” em financiamentos reais.
Clareza do regime de juros:
O enunciado é matematicamente claro ao afirmar:
“pagamento será financiado em 2 anos, com juros simples de 1,5% ao mês”.
Em matemática financeira, quando se diz “juros simples” sem menção a parcelas ou sistema de amortização, considera-se a fórmula básica:
$J=C\cdot i\cdot t$
e o montante pago ao final do período.
Ausência de menção a parcelamento:
O enunciado não faz referência a parcelas, prestações ou sistema de amortização (como SAC ou Price). Portanto, não há base para o candidato presumir que se trata de um financiamento parcelado com características diferentes do modelo de juros simples convencional.
Suficiência de dados para resolução unívoca:
Com as informações fornecidas, a aplicação direta da fórmula de juros simples leva inequivocamente ao valor de **R$ 476.000,00**, correspondente à alternativa C.
Não há ambiguidade que justifique a anulação, pois a interpretação padrão em provas de matemática financeira básica é a adotada na resolução oficial.
Contexto da banca:
A banca avalia conhecimentos de matemática e raciocínio lógico, não exigindo que o candidato questione a viabilidade ou prática comercial do financiamento, mas sim que aplique corretamente a fórmula fornecida pelo enunciado.
O recurso introduz uma complexidade não presente no enunciado, baseando-se em suposições sobre a realidade de financiamentos que não foram mencionadas.
A redação do enunciado é suficiente e adequada para que se chegue a uma única resposta correta, utilizando a definição padrão de juros simples.
Recurso INDEFERIDO.
Mantém-se o gabarito oficial da alternativa **C**.

QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'B'.

Prezado(a) candidato(a)

A questão trabalha conceitos de raciocínio lógico matemático, em especial, Leis de Morgan.

Leis da Lógica Proposicional (Leis de De Morgan):

A negação de uma conjunção $P \wedge Q$ (“P e Q”) é dada por:

$\neg(P \wedge Q) \equiv \neg P \vee \neg Q$

Isso significa que, para negar “P e Q”, afirma-se que “pelo menos uma das proposições é falsa”, ou seja, “não P ou não Q”.

A substituição do “e” por “ou” é **obrigatória** pelas regras da lógica formal.

Sentido da negação:

A proposição original exige **duas condições simultaneamente**:

Possuir extintores carregados;

Possuir hidrantes em condições de uso.

A negação correta indica que **pelo menos uma dessas condições não é satisfeita**, o que é expresso pelo “ou”, e não pelo “e”.

Usar “não P e não Q” significaria que **ambas as condições são falsas**, o que é um caso particular da negação, mas não cobre todas as situações em que a proposição original é falsa.

Clareza e correção da alternativa B:

A alternativa B:

“O prédio não possui extintores carregados **ou** não possui hidrantes em condições de uso” está estritamente de acordo com a equivalência lógica e abrange todas as possibilidades de falsidade da proposição composta original.

A alteração do conectivo “e” para “ou” na negação não apenas “influencia”, mas é **essencial** para a correção lógica.

A banca adotou o entendimento formal da lógica proposicional, consagrado em materiais didáticos e em concursos públicos.

Recurso INDEFERIDO.

Mantém-se o gabarito oficial **B**.